

1 **RESUMO EXECUTIVO DA ATA DA 5ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE 2014**

2 **Data:** 03 de outubro de 2014.

3 **Horário:** 09h30min.

4 **Local:** Assoc. Comercial de S. Paulo - Rua Boa Vista, 51 - 11ª andar Centro – S. Paulo - SP

5 **Conselheiros presentes conforme lista de presença arquivada na Secretaria Executiva:**

6 **Segmento Estado:**

- 7 • Amauri Pollachi, Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos – SSRH.

8 **Segmento Municípios:**

- 9 • Ricardo Gaspar, São Paulo;
 10 • Francisco Nascimento de Brito, Prefeito de Embu das Artes;
 11 • João Carlos P. Ramos, Embu das Artes;
 12 • Antônio Carlos Nery Pinho, Mairiporã;
 13 • Marcos Antônio Dantas Moura, Barueri;
 14 • Karin Kelly da Silva, Ribeirão Pires;
 15 • Marcos Roberto Kiss, Itaquaquecetuba;
 16 • Representantes, Santana de Parnaíba;
 17 • Magner Alandey Dantas da Silva, Santo André;
 18 • João Ricardo Guimarães Caetano, São Bernardo do Campo; e
 19 • Horácio Almeida Pires, São Caetano do Sul.

20 **Segmento Sociedade Civil:**

- 21 • Silene Bueno de Godoy Purificação, SENAC;
 22 • Edésio Gersel Brancatti Rocca, SENAI;
 23 • José Roberto Kachel, Universidade de Mogi das Cruzes;
 24 • Ronaldo Sérgio Vasques, FIESP;
 25 • Francisco de Assis Ramalho Além, CIESP - São Paulo;
 26 • Hilmann Carlos Henrique, CIESP - Cotia;
 27 • César Kenzo Watanabe, Sindicato Rural de Mogi das Cruzes;
 28 • Cristiane Lima Cortez, FECOMERCIO – São Paulo;
 29 • José Roberto Terassi, Associação Comercial, Industrial e Serviços de Embu – ACISE;
 30 • Francisca Adalgisa da Silva, Associação dos Profissionais Universitários da Sabesp – APU;
 31 • Carlos Alberto Pinheiro de Souza, Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo – SASP;
 32 • Maria Del Carmen Adsuara, Assoc. Bandeirante dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de
 33 Santana de Parnaíba - ABEAA; e
 34 • José Avanita Arraes, Organização – BIOBRAS.

35 **Convidados Permanentes:**

- 36 • Álvaro Diogo Sobral Teixeira, FATEC; e
 37 • Dr. Ricardo Manuel Castro, Ministério Público de São Paulo.

38 **Ausências justificadas:**

- 39 • Regina Satie Muranaka Tanigushi, Itaquaquecetuba;
- 40 • Rui Brasil Assis, Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos;
- 41 • Marcelo Poci Bandeira, Secretaria de Logística e Transportes;
- 42 • Gilson Gonçalves Guimarães, CETESB;
- 43 • Representantes, Fundação Florestal; e
- 44 • Representantes, EMAE;

45 **1. Abertura:** O Presidente do CBH-AT, Sr. Francisco Nascimento de Brito, Prefeito de Embu
46 das Artes e Presidente do CBH-AT, abriu a reunião às 14h00, em segunda chamada, após
47 constatar a existência de *quórum*. Cumprimentou a todos e prosseguiu informando que de acordo
48 com a última reunião, os trabalhos hoje se dividem em duas partes: 1ª) manhã: uma apresentação
49 das cidades não operadas pela Sabesp (Mauá, Mogi das Cruzes, Guarulhos, São Caetano do Sul
50 e Santo André) e a própria Sabesp.; 2ª) tarde, a partir das 14h00, está prevista a participação da
51 Agência Nacional de Águas – ANA, tendo sido convidados também o DAEE e a Diretoria do
52 Comitê PCJ no intuito de que este Comitê estabeleça um diálogo com os reguladores,
53 entendendo melhor seus posicionamentos para que então possa se manifestar. Informou que o
54 Sr. Amaury Pollachi (representante suplente da SSRH), está representando o Sr. Rui Brasil Assis
55 (representante titular da SSRH), devido o mesmo estar executando outra tarefa solicitada pelo
56 Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos, Sr. Mauro Arce. **2. Leitura do expediente, das**
57 **comunicações e da Ordem do Dia: 2.1.** O Sr. Amaury Pollachi (SSRH), informou as ausências
58 justificadas 2.2. Sobre os convites para a 1ª parte da reunião foi comunicada justificativa de
59 ausência da Diretoria do Comitê PCJ, assim como a Sra. Dilma Penna, devido a motivos médicos,
60 justificou sua ausência. 2.3. Como terceira comunicação, foi divulgado o terceiro boletim mensal
61 de qualidade das águas brutas do Sistema Cantareira, que em especial destaca o monitoramento
62 do volume captado da chamada reserva técnica ou volume morto. 2.4. Indicações dos
63 empreendimentos relativos ao FEHIDRO. 2.5. Francisco Piza (presidente da FABHAT) informou
64 que houve reunião do Conselho Deliberativo e que a eleição do Presidente está em processo de
65 finalização. **3. Apresentações e discussões de temas afetos à atual escassez hídrica que**
66 **afeta o Alto Tietê: 3.1. Ações realizadas, em curso e planejadas pelos operadores dos**
67 **serviços de saneamento para enfrentamento da atual situação: 3.2. Sr. Magner Dantas**
68 **(SEMASA - Santo André),** iniciou sua apresentação informando que o município de Santo André
69 possui 404 mil habitantes abastecidos pelos dois sistemas: Rio Claro e Rio Grande. Antes era
70 comprado da Sabesp 2.200 l/s e hoje este número abaixou para 2100 l/s sendo esta uma das
71 mudanças em comparação ao último mês. Deste total 44% é feito pelo abastecimento Rio
72 Grande, 50% pelo sistema Rio Claro e os outros 6% pelo próprio sistema Parque do Pedroso. Em
73 meio à crise, após conversado com a Sabesp, alterou-se algumas manobras nos sistemas e com
74 essas manobras conseguiu-se um avanço pelo sistema Rio Claro e por mais dois sistemas:
75 sistema Vitória e sistema Progresso. As ações que foram feitas desde então são: comitê de
76 perdas, que trabalha com ações específicas, programa Reágua 1, que é uma parceria com o
77 Governo do Estado onde são atendidas 63 escolas com o objetivo de alcançar 25% de economia
78 com as seguintes ações: trocas de torneiras, válvulas, consertos de vazamentos, programa
79 permanente de caça vazamentos em toda a rede do sistema, setorização dos núcleos
80 habitacionais com hidrometração desses núcleos para se ter uma indicação melhor de verificação
81 para onde estão indo as perdas, telemetria nos macromedidores, ou seja, toda a rede é
82 controlada de forma automatizada, outra ação que vai de encontro com os grandes consumidores,

83 700 hidrômetros telemétricos, que são direcionados exclusivamente para os consumidores que
84 utilizam acima de 300m³, utilizar a água de reuso do tanque Guaraciaba para fins como: lavagem
85 de feiras, jardins, etc. Há também um programa de desconto na água, ou seja, 30% de desconto
86 na conta para aqueles que reduzirem 20% do consumo, e com isso os moradores reduziram seu
87 consumo em 198 mil m³/mês quando comparado com o mesmo período em 2013. De acordo com
88 uma pesquisa, essa quantidade seria suficiente para abastecer uma cidade com 66 mil habitantes.
89 Outra ação, já assinada com o Estado é o Reágua 2, projeto piloto onde tende a reduzir o
90 consumo de 260 l/dia para 180 l/dia em 4.200 ligações e por último, há também as trocas de
91 hidrômetros com mais de cinco anos de uso. Aberto para as intervenções, Ronaldo Vasques
92 (Fiesp), questionou se há reclamações com o problema da falta de água ou se não há
93 racionamento. José Arraes (Biobrás), – solicitou detalhamento do controle das perdas e qual a
94 eficiência que se têm conseguido. Érika Martins (UGP-SSRH), informou que não entende que a
95 apresentação realizada seja um plano de contingência, pois esperava que fosse uma proposta
96 apresentada com reduções mais drásticas de consumo. Sr. Magner (SEMASA), em resposta às
97 intervenções informou que em Santo André houve falta de água antes do desconto e portanto
98 houve uma campanha de sensibilização com os moradores e com os grandes consumidores e por
99 conta da parceria que vem sendo realizada com a Sabesp, vêm sendo realizadas as manobras
100 necessárias dentro do sistema para que haja contemplação de todo o município. Com relação às
101 perdas, informou que há colaboradores de várias áreas atuando para combatê-las: manutenção,
102 financeiro, comunicação e uma empresa contratada para fazer todo o levantamento da rede em
103 relação ao caça-fraude. Assegurou que a fiscalização dentro dos núcleos é ativa e permanente,
104 mas que ainda há 32% de perdas. Alegou entender que não está ali para trazer propostas e sim
105 apresentar as maneiras de que cada município está tratando essa atual conjuntura de crise. Sr.
106 José Arraes (BIOBRÁS), informou que é fatal que Santo André necessite de um plano de
107 contingência e ressaltou sua importância para que seja apresentada, e que segunda-feira a
108 Sabesp estará protocolando na ANA, seu plano de contingência e que a partir daí seremos todos
109 afetados. Em resposta, Sr. Magner (SEMASA) informou que as ações irão continuar, e que por
110 conta desta conjuntura maior tiveram reforço e estão buscando juntamente com o programa de
111 sensibilização trazer o morador e os maiores consumidores para a realidade. Francisco Brito
112 (Embu das Artes), informou que mais uma vez o Comitê acerta em trazer para esta discussão,
113 não apenas à Sabesp mas todas as outras empresas. Mostrou a dependência que estas
114 empresas têm em relação à Sabesp e que esta é uma parte da preocupação, e enfatizou que o
115 sistema de controle das perdas não depende da Sabesp e que ao final das apresentações se
116 façam considerações gerais e encaminhamentos que este Comitê achar importante para o
117 conjunto das operadoras. **3.3. Dirceu Lorena (dirigente do SEMAE - Mogi das Cruzes)**, iniciou
118 sua apresentação informando que tomou praticamente o mesmo norte da apresentação anterior,
119 com 410 mil habitantes em Mogi das Cruzes com 712 km² de área e metade disso é área de
120 proteção ambiental, ou seja, área de mananciais. 98% da população urbana possui abastecimento
121 regular, são 115 mil ligações ativas com mais de 130 mil economias, 880 km de rede espalhados
122 pela cidade e consumo de 1,5 m³/s com captação em boa parte através do Rio Tietê. Possuem 3
123 sistemas tratamento de água: uma ETA central desde 1966, uma ETA na região leste mais
124 recente 2007-2008, um sistema isolado de captação e cinco sistemas com poços artesianos que
125 estão nos bairros mais isolados. Mogi está dividida em três grandes macrosetores que são
126 abastecidas pela ETA central, denominada SEMAE centro. A região Leste está sendo abastecida
127 pela ETA Leste, e boa parte abastecida pela água que é comprada da Sabesp que seria a região
128 oeste. Mostrou o principal ponto de captação de Mogi, chamado de Pedra Afiar, situado próximo
129 da captação da Sabesp que através da interligação dos reservatórios do Alto Tietê, é tratado na

130 ETA de Taiapuêba. Atualmente os macrosetores de Mogi estão subdivididos da seguinte forma:
131 há 35% de água adquiridos da Sabesp encaminhadas através de sua estação de tratamento, em
132 Suzano, e tem-se nesta região, que é um ponto alto denominado região de Brás Cubas, um
133 reservatório de 17m³ e de lá faz-se a distribuição. Mogi compra esta água e fornece ao custo da
134 SEMAE. Há o SEMAE Centro, que é abastecido pela captação 2 e é distribuído em toda região
135 destacada em amarelo no slide apresentado. Há também a água que rebate a ETA Centro e
136 retorna a ETA Leste, a que se capta e distribui pra toda região leste de Mogi. Informou que
137 sempre se fala no problema de abastecimento de água, que é um bem finito, mas nunca ninguém
138 dá a devida atenção. O SEMAE embora seja uma autarquia municipal, há muitos anos é
139 dependente da Sabesp e passou por diversos problemas ao final de 2008/2009. A partir da
140 construção da ETA Leste em 2008 tomou-se um norte dos problemas hídricos que se poderia e
141 entraram, portanto, com ações, setorizações, subdivisões, melhorias das redes, etc. De 2009 para
142 cá, o SEMAE veio desenvolvendo atividades para controle da crise hídrica: plano diretor de
143 abastecimento de água, plano de esgotamento sanitário e criação de comitê de controle de
144 perdas. Estas atividades foram criadas para diminuir a dependência da Sabesp. Informou que
145 antes da ETA Leste o SEMAE abastecia 40% da cidade, e a Sabesp abastecia 60%. Nunca foi
146 aplicado nenhuma metodologia de desconto em contas porque hoje já se tem a faixa de consumo
147 de 0 a 10 que representa mais de 60% da população, 39% em conta do que a fatura da Sabesp e
148 a outra faixa de consumo, 26%. Então se for aplicado qualquer desconto em relação às contas
149 será preciso fechar as portas do SEMAE e entregar a alguma outra empresa. Atualmente com
150 recentes conquistas junto ao governo Federal, o plano diretor estabelece três grandes
151 reservatórios em Mogi sendo um deles na região da Vila Pomar onde se consegue abastecer a
152 ETA Centro. Trata-se de um reservatório de 8 milhões de litros de água. Outro grande reservatório
153 situado em Jundiapéba, onde minimizará qualquer tipo de sazonalidade de água em Jundiapéba.
154 Há também outra região, a do Oroxó, onde a ideia é construir outro reservatório com volume de 6
155 milhões de litros de água, onde se regularizará a distribuição nesta região e isso fará com que
156 exceda água da região Central porque ali será abastecido pela ETA Leste e esta quantidade
157 excedente será utilizada para reduzir a dependência da Sabesp de 35 para 15%, além disso há a
158 distribuição de jornais mensais, publicidades nos veículos de propaganda, palestras educativas,
159 programa “conhecer para economizar” com visitas de 3 a 4 vezes na semana em toda rede
160 municipal e estadual de ensino, com palestras e distribuição de materiais às crianças e aos pais.
161 Além disso, tem-se visitas monitoradas às ETAs onde informamos nas publicações, o telefone de
162 contato visando que as escolas interessadas entrem em contato e visitem a ETA Leste, que é
163 uma ETA modelo devido a existência de um corpo técnico para esclarecimentos. Criou-se
164 também um comitê para controle de perdas investindo em equipamentos e equipes preparadas
165 para setorização das regiões. Antes existia 150 ordens de serviço de vazamentos pelas ruas e
166 hoje este número se reduziu para 20 ou 30 com prazo de execução entre 24 e 48 horas, portanto,
167 aumento de equipes, aquisição de equipamentos novos e melhor controle através dos centros de
168 controle operacionais contribuíram para uma maior eficácia quanto aos vazamentos, além da
169 contínua substituição de redes. Finalizada esta apresentação abriu-se para intervenções iniciando
170 pelo Sr. José Arraes, Biobrás – informou que a última apresentação do SEMAE na reunião
171 plenária anterior, foi dito que as perdas eram de 59% e tinham conseguido abaixar para 50%. Sr.
172 Dirceu Lorena (SEMAE) respondeu que quando entrou no SEMAE era em torno disso mesmo e
173 que hoje já deve estar em torno de 48%. Sr. Arraes (BIOBRÁS) então prosseguiu questionando
174 qual o percentual que se imagina após as ações e em quanto tempo se pretende atingir este
175 índice. Questionou também sobre a dependência de Mogi no Alto Tietê informando que toda água
176 do Alto Tietê vai para o SPAT, que hoje o sistema já conseguiu esvaziar Biritiba e Jundiáí e

177 praticamente o Taiaçupeba e que hoje estão tentando esvaziar o Ponte Nova, ou seja, tudo isso
178 irá afetar o Alto Tietê e por consequência a Sabesp e duvidou se a dependência de Mogi em
179 relação a Sabesp seria somente 35%. Questionou sobre o plano de contingência que Mogi tem
180 em relação a esta crise. Sr. José Roberto Kachel (Universidade de Mogi das Cruzes), informou
181 que a represa da Ponte Nova está com 35 milhões, a Paraitinga está em torno de 40 milhões
182 então ao total não dá nem 50 milhões de m³ armazenados, o que significa menos do que 10% da
183 capacidade normal do SPAT, ou seja, vai chegar um ponto em que não vai ter como não afetar a
184 captação do SEMAE e não se pode nem pensar em utilizar a captação 1 pois lá não está
185 sobrando nada, muito pelo contrário, há um esgoto enorme, borbulhando gás sulfídrico, ou seja,
186 condição anaeróbica total, portanto a água do Tietê nem entrou em Mogi e já está com essas
187 características. Questionou o “por quê” de fazer o plano de contingência se o próprio governador
188 garantiu que não vai ter racionamento. Sr. Carlos Alberto Pinheiro – SASP elogiou a apresentação
189 e destacou o fato de uma empresa municipal economizar, e questionou se existe uma discussão
190 dos municípios vizinhos de criar uma empresa consorciada e qual a vantagem ou desvantagem
191 de se criar um consórcio de água e esgoto no intuito de sair da dependência da Sabesp.
192 Francisco Piza – FABHAT questionou se há algum projeto do Reágua para acelerar a implantação
193 dos EMCs e controle de perdas. Sr. Dirceu Lorena (SEMAE) respondendo às intervenções
194 informou que devido a esta crise vem-se estudando novas possibilidades e ressaltou tamanha
195 dificuldade neste processo. Já se pensou em custos de elevatória, unidades captadoras de água
196 subterrânea, mas sabe-se que é impossível obter de um dia pro outro, mas estão sendo buscadas
197 estas alternativas. Quanto a R1, confirmou que não está prevista a reativação devido a captação 2
198 ser suficiente. Esclareceu que não há discussão em criar uma empresa consorciada, mas é algo a
199 se pensar. Quanto ao Reágua confirmou a existência deste programa e informou que a ETE
200 produz água de reuso e está sendo utilizada como venda e a ideia é tentar alguma forma, acordo
201 com a produção que está tendo e ampliar sua distribuição. Foi informado que dentro da
202 substituição da rede, são 15km por ano e se dividirmos 800 km de rede que se tem por 15 levará
203 53 anos, mas ressaltou a importância de trocas contínuas da rede, mesmo que seja de forma
204 gradativa, como vem sendo feita. **3.4. Sr. Osmar Silva Filho (DAE - São Caetano do Sul)**, se
205 apresentou como chefe da divisão técnica do Departamento de Água e Esgoto de São Caetano
206 do Sul, desculpou-se por não levar a apresentação em slides e prosseguiu informando que em
207 linhas gerais, a cidade tem 37 mil ligações de água. Em relação às perdas, São Caetano em 1997
208 elaborou um plano de combate a redução das perdas, que na época era 57% e as ações eram
209 remanejamento de redes em larga escala, controle de pressão e substituição de ramais e de
210 acordo com as ocorrências de vazamentos 95% eram em ramais. Atualmente o índice de perdas
211 abaixou para 24% considerando as perdas comerciais e físicas. Após uma reunião realizada com
212 a Sabesp em fevereiro deste ano surgiu a necessidade de diminuição da vazão para o município
213 de 15 a 20% e para que isso ocorresse foram tomadas algumas medidas de imediato: campanha
214 intensa de conscientização da população, no departamento de operações foram feitos ajustes
215 para se obter melhor controle das pressões e no atendimento operacional um prazo máximo de 24
216 horas em relação aos vazamentos e com isso reduziu-se 95 l/s, em torno de 15% visando chegar
217 a 20% até o final deste ano e setorização dos três grandes setores com 1.000 e 2.000 ligações
218 com controles de vazão e pressão. Finalizada sua apresentação dando abertura para as
219 intervenções, Sr. José Arraes – Biobrás informou que achou muito interessante em ouvir que
220 existia 57% de perdas e que atualmente se tem 24% e questionou em quanto tempo isso ocorreu
221 até mesmo para servir de exemplo para outros lugares, pois de acordo com Plano da
222 Macrometrópole diz que o projeto visa a redução de 10% até 2030. Em resposta foi informado que
223 não foi tão rápido como se pensa, pois de 1997 pra cá são 18 anos. Ocorre que quando se tem

224 um índice elevado de perdas e nenhuma ação de combate é fácil sair de um índice de 57 para 25
225 por exemplo, e para isso foi necessário mais tecnologia, gestão e equipamento de ponta visando
226 chegar aos 15% num período de 2 anos. **3.5. Sr. Marco Aurélio Carvalho (SAAE – Guarulhos)**,
227 diretor de operação e manutenção do SAAE de Guarulhos, justificou que não trouxe uma
228 apresentação devido permanecer inalterado as informações de acordo com a última reunião
229 realizada em 23/09, ou seja, o racionamento foi implantado em Guarulhos desde março/2014 com
230 redução da vazão da Sabesp em torno de 10 a 15% pelo Sistema Cantareira ficando então um dia
231 com água e um dia sem. As ações que estão sendo feitas são obras para combate às perdas de
232 água do sistema de abastecimento, foram implantados desde 2002, 23 reservatórios além das
233 130 DMCs existentes, reduziu-se as perdas de 55% para 35% e para este índice reduzir ainda
234 mais, é preciso investimento e refinamento, pretende-se implantar até final de 2014 mais 66
235 válvulas redutoras de pressão ficando com um total de 180 VRPs. No Alto Tietê, a Sabesp reduziu
236 as vazões em Guarulhos a uma taxa de 12,5% e no sistema Cantareira está reduzido em 15%.
237 Utilizaram água de reuso das ETEs, desconto em conta para toda a população de Guarulhos e
238 obtiveram um resultado que 50% da população reduziu 10% de seu consumo. Além disso há
239 investimentos com o Reágua, estruturação em escolas, troca de 200km de rede (projeto que foi
240 liberado recentemente mas que já está sendo realizado), investimentos em poços e até março de
241 2015 serão perfurados 5 poços artesianos o que irá aumentar a vazão em 50 l/s. Esclareceu que
242 há projetos para se fazer captação dos recursos que estão próximos de Bacias que estão fáceis
243 para captação e assim ajudar o sistema a não depender tanto do Sistema Cantareira, porém as
244 outorgas solicitadas ainda não saíram. Tem protocolado lá desde 2011 cerca de 850 l/s porém foi
245 deferida 124 l/s e foram aprovados 12 l/s então não há condições de abastecimento do jeito que
246 está. Então quando se fala em plano de Contingência, surge a dúvida: “Mais?” Informou que há
247 um programa de orientação e atendimento aos moradores para se ter o reservatório adequado
248 com instalações hidráulicas adequadas. Há um sistema informativo para o morador consultar se
249 sua residência está passando por rodízio ou não, ou seja, estão trabalhando com a informação.
250 Aberto para intervenções, foi questionado se o sistema de perdas citado trata-se de perdas de
251 vazamento ou se trata de perdas totais, onde se incluem as perdas comerciais. Sr. José Arraes
252 (BIOBRÁS) questionou: 1- Qual a dificuldade em se ter as outorgas. 2- Se são águas superficiais
253 ou se são águas subterrâneas; Sr. Carlos Alberto Pinheiro (SASP) questionou se as outorgas não
254 liberadas desde 2011 são problemas técnicos. Respondendo às intervenções, Sr. Marcos Aurélio
255 (SAAE) esclareceu que se tratam das perdas totais, e quanto aos mananciais, são todos
256 superficiais esclarecendo que os subterrâneos possuem as outorgas, e negou que há problemas
257 técnicos quanto às outorgas não liberadas. Sr. João Ricardo (São Bernardo do Campo), achou
258 desrespeitosa a ausência da Sabesp, pois esta é uma reunião onde a Sabesp deveria informar
259 quais são as próximas ações neste momento de crise e mostrou-se insatisfeito por não ter
260 nenhum representante. Francisco Brito (Embu das Artes) comentou que as indagações citadas
261 servissem também para Mauá, uma vez que não enviou nenhum representante, e que fará os
262 encaminhamentos para ambos de acordo com o tamanho de suas responsabilidades e abriu
263 neste momento para as recomendações do que se viu durante a reunião desta primeira parte, ou
264 seja, o que o Comitê considera importante em relação a propostas ou encaminhamentos. Sr. José
265 Roberto Terassi (Acise), alegando que a reunião realizada não é de objetivo político, e que os
266 representantes dos municípios devem estar à frente das eleições, citando neste momento a
267 dignidade e nobreza do presidente do CBH-AT por estar conduzindo esta reunião às vésperas das
268 eleições. Informou que o Sr. Rui Brasil telefonou às 16:36 informando o cancelamento do auditório
269 do Ed. Cidade I e pedindo “socorro” pela transferência de local para ser realizada esta reunião e
270 agradeceu o bom relacionamento que o presidente Hilmann Carlos Henrique (CIESP Cotia) tem

271 com a Associação Comercial, que por sua vez cedeu este espaço e assim ocorreu a reunião. Uma
272 segunda consideração foi que não há o que justificar, não há o que defender essa falta de água e
273 o que está claro é a má gestão daqueles que passaram à frente do governo de Estado, porque
274 não teve nenhuma ação lógica ou técnica para que isso não ocorresse. Ressaltou a importância
275 dos municípios aderirem ao exemplo de Mogi das Cruzes e tornarem-se menos dependentes da
276 Sabesp. Sr. José Arraes (BIOBRÁS) recomendou para que todos pensassem no pior, pois não é
277 em vão que será protocolado o plano de contingência da Sabesp na ANA somente na segunda-
278 feira, 06/10 e citou que existe um órgão chamado Agência de Bacia e temos cinco municípios que
279 são independentes e talvez através da Agência de Bacia pudessem fazer reuniões periódicas de
280 trocas de ideias com estes cinco municípios. Sr. Carlos Alberto Pinheiro (SASP), informou que
281 Portaria de 06 de Agosto de 2004 do DAEE, relativa ao Sistema Cantareira, diz em seu artigo 16:
282 “A Sabesp deverá providenciar no prazo de 30 meses estudos e projetos que viabilizem a redução
283 de sua dependência do sistema Cantareira” e fazendo as contas este plano era para ter sido
284 entregue em 6 de fevereiro de 2007 e depois encontra-se um Decreto nº 52.748 de fevereiro de
285 2008 e um ano depois, é entregue um estudo de aproveitamento dos recursos hídricos da
286 Macrometrópole Paulista. O contrato foi assinado por uma empresa chamada Cobrape em 2008
287 no qual alegou ter pego um material onde há uma apresentação que está no *youtube* feita em
288 Campinas em outubro/2013 na qual o Sr. Rui Brasil – SSRH, diz que o projeto da Macrometrópole
289 começou em 2008 e devido a problemas administrativos paralisou em 2010 e então tivemos a
290 entrega deste projeto este ano. Informou, portanto que se teve 7 anos e 7 meses de atraso e
291 questionou a incompetência do Estado de São Paulo. Sr. Francisco Brito (Embu das Artes)
292 enfatizou que são importantes as críticas, mas que é fundamental aproveitar a oportunidade para
293 fazer as propostas de encaminhamentos. Em seguida Sra. Francisca Adalgisa (APU), informou
294 que hoje se tem uma situação de dependência, e hoje nesta situação de crise intensa é preciso
295 repensar os modelos de gestão, economizar e reutilizar o máximo possível já que estamos em
296 uma região com baixíssimo nível e uma população concentrada dependente de regimes de
297 chuvas. Este Comitê e a Sociedade Civil que estão aqui representados já que a plenária encontra-
298 se esvaziada por representantes do Estado, poderiam estar pensando em trabalhar com
299 empresas consorciadas, por região metropolitana, e desregularizar a prestação destes serviços
300 para que possamos administrar os riscos. Informou que as crises vêm, mas há pontos positivos
301 em relação a isto, pois essa é a hora de mudanças, inovações, enfim, hora de pensar em
302 alternativas que viabilizem o futuro. Não podemos ficar à mercê de decisões que são meramente
303 políticas e sim pensar num bem estar social e econômico. Sr. Ronaldo Vasques (FIESP), lembrou
304 que participou em março do seminário do trabalho da Macrometrópole e fazendo as contas eram
305 7 milhões de pessoas até 2035 e 1 bilhão de investimentos por ano e a dúvida é: “Em que pé
306 está?”. Sr. João Ricardo (São Bernardo do Campo) informou que na antepenúltima reunião do
307 Comitê, foi solicitado e atendido, recebendo o plano de contingência da Sabesp de junho/2014 e
308 este plano trata a crise em pilares: Pilar do Bônus para redução do consumo, Pilar do avanço
309 sobre área atendida pelo Sistema Cantareira para ofertar maior quantidade de água e apostar no
310 volume morto para passar o período de estiagem. Informou também que este plano não tem uma
311 ação concreta caso a crise se estenda além do início do ano hidrológico e o fato é que se o plano
312 em vigência é esse, o Comitê tem obrigação de oficializar isso ao Ministério Público, ao
313 parlamento e a sociedade, apontando essa preocupação, ou seja, qual o Plano Estadual para
314 eventual aprofundamento da crise. Sr. José Roberto Kachel (Universidade de Mogi das Cruzes),
315 informou que em 1986, houve uma crise bastante parecida, em 2001/2004 outra e agora essa. E
316 nessas crises, quando o Cantareira chegou no fundo do poço por volta de Janeiro a situação se
317 revertia, conforme mostra os Boletins da ANA, e dessa vez isso não ocorreu e questionou quem

318 faz a gestão de Recursos Hídricos em São Paulo. Sra. Érika Martins (UGP/SSRH), apoiou as
319 duas falas anteriores e esperava propostas devido ao agravamento da crise, e questionou como
320 irá se resolver a questão do abastecimento de água em hospitais, clínicas de hemodiálise,
321 delegacias, como se garante que todas as pessoas terão a mesma quantidade de água, como
322 será a discussão de que quais atividades terão que ser paralisadas, como iremos incentivar os
323 privados a utilizarem águas de chuvas, mudanças de instalações prediais num curto, médio e
324 longo prazo. Alegou ainda que não adianta ficar aguardando somente pela Sabesp, pois há
325 atribuições de outros setores e da esfera municipal. Sr. Ricardo Gaspar (São Paulo), reforçando a
326 intervenção do João Ricardo e indignado com a ausência da Sabesp, informou que a ausência da
327 mesma também está acontecendo na Câmara de São Paulo, a CPI da Sabesp (é a CPI que
328 examina o contrato entre a prefeitura de São Paulo e a Sabesp). A Sabesp foi convidada e não
329 compareceu, logo depois foi intimada e também não se apresentou nem sequer algum
330 representante. Elogiou o Chico Brito pela reunião e reforçou a necessidade de outras reuniões
331 para discussão da crise e de cenários. Dr. Ricardo Manuel (Promotor do Ministério Público de São
332 Paulo), informou que comunicar os fatos ao Ministério Público é desnecessário tendo que em vista
333 sua participação nas reuniões, com base no que se tem discutido, a crise hídrica em especial, há
334 diversas investigações em curso a respeito dos dois sistemas maiores, e noticiou que na data de
335 ontem foi distribuída uma Ação Civil Pública visando, entre outros requerimentos, liminarmente
336 que seja impedida a captação do segundo nível da reserva técnica pretendida pela Sabesp,
337 porque excederia o nível de segurança de operação do Sistema Cantareira. Existe também um
338 inquérito civil onde estamos analisando eventual omissão administrativa na gestão do Alto Tietê e
339 neste sentido as investigações estão caminhando. Informou que não foi noticiado e o prazo já está
340 vencido (teria vencido mês passado) do Plano de Contingência da Sabesp no que diz respeito ao
341 Sistema Alto Tietê e isto já foi cobrado pela Arsesp e a maior preocupação é a possibilidade de ter
342 havido um equívoco administrativo na renovação da outorga no sistema Alto Tietê ocorrida em
343 fevereiro deste ano, exatamente na intensidade da atual crise, em que se autorizou o aumento da
344 captação, principalmente na ETA de Taiaçupeba, confiando o DAEE em argumentos inverídicos
345 trazidos unilateralmente pela Sabesp e autorizando uma captação maior do que a produção sendo
346 essa uma das causas que tenha contribuído para a crise hídrica do sistema Alto Tietê. De acordo
347 com estes fatos, sugeriu ao Comitê de Bacia se debruçar sobre o assunto fazer os
348 questionamentos cabíveis dentro de sua esfera de atribuições no sentido do órgão regulador do
349 DAEE e da Sabesp também, que fossem feitos estudos sobre esses números aos quais o
350 Ministério Público recentemente levantou e com os quais se está trabalhando, havendo
351 possibilidade de que haja questionamentos judiciais que se faça a respeito da renovação da
352 outorga do sistema Alto Tietê. Sr. Francisco Brito - (Embu das Artes), comentou a necessidade do
353 Comitê em deixar cada vez mais de ser ouvinte da Sabesp, ouvinte do DAEE, da ANA, etc e
354 passar a ser mais propositivo, pois fazemos parte da gestão dos recursos hídricos de São Paulo e
355 para que isso ocorra é necessário ter segurança técnica nas nossas análises. Informou também
356 que nunca na história do Comitê foram unidas as operadoras, sendo esta a segunda vez que isto
357 está sendo feito para que o Comitê possa enxergar de uma forma geral essa radiografia, e tendo
358 isto não há como ficarmos apenas dialogando com a Secretaria de Recursos Hídricos, Sabesp ou
359 outras operadoras e vamos procurar influenciar o PPA Estadual e sugerir (cobrar) o Sr.
360 Governador, que tem que haver no PPA "x" de Recursos para novas tecnologias, trocas de redes,
361 etc. Sugeriu a ideia de se fazer reuniões periódicas através da FABHAT e através do próprio
362 Comitê. O GT-Gestão da Demanda junto com a FABHAT para coordenar e então realizar outra
363 reunião juntamente com as operadoras para construir um quadro: "Ações Realizadas" e que estas
364 ações não sejam somente para o momento de crise. Sugeriu que o GT Gestão da Demanda em

365 conjunto com o GT Monitoramento Hidrológico tenha um mês de trabalho para apresentar um
366 quadro, uma radiografia do histórico dos municípios do Comitê do Alto Tietê. A outra questão é a
367 crise hídrica que está batendo no hidrômetro de todos. O Plano de Contingência, a Sabesp deverá
368 apresentar e informou que hoje na parte da tarde, na segunda parte da reunião terá a presença do
369 Presidente da ANA e solicitou a todos que comparecessem para que se tenha conhecimento do
370 posicionamento da ANA perante esta crise. Solicitar à Secretaria de Recursos Hídricos para que
371 na próxima reunião fosse apresentado tudo aquilo que já foi encaminhado em relação ao Plano da
372 Macrometrópole e aproveitamento de Recursos Hídricos e ter uma radiografia dos planos de
373 saneamento do nosso Comitê. Questionou quem concordava com as propostas do Sr. João
374 Ricardo e solicitou que levantassem a mão, havendo concordância unânime. Verificação sobre a
375 outorga do Alto Tietê para se fazer um estudo a partir da fala do Dr. Ricardo (Ministério Público),
376 para o que também houve aprovação de todos. Outro encaminhamento é que os Grupos Técnicos
377 após a reunião da diretoria e após acerto de detalhes junto às operadoras se faça a radiografia e
378 seja pensada alguma estratégia para monitoramento dos planos de saneamentos dos
379 municípios, havendo também aprovação de todos. Propôs criar uma Câmara Técnica para
380 acompanhar a Gestão de Demanda e Monitoramento Hidrológico. Amaury Pollachi (SSRH)
381 informou que o Grupo Técnico de Monitoramento Hidrológico também faz acompanhamento da
382 qualidade e da quantidade das águas, tanto em seu excesso quanto em sua escassez. Sr.
383 Francisco Piza (FABHAT) informou que a Agência de Bacia está fazendo o Relatório de Situação
384 e não poderia perder a oportunidade de solicitar às pessoas que fizeram as apresentações que
385 disponibilizassem os planos de saneamento de água e esgoto juntamente com o Plano de
386 Drenagem. Sr. Francisco Brito (Embu das Artes) finalizou esta primeira reunião solicitando a todos
387 que retornem às 14h00 para a segunda parte. **Após pausa para almoço das 12h00 às 14h00**
388 **prosseguiu-se com a segunda parte da reunião. 4. Discussão da participação dos Comitês**
389 **de Bacias no Grupo Técnico de Assessoramento para Gestão (GTAG) do Sistema**
390 **Cantareira:** Francisco Brito (Embu das Artes) iniciou agradecendo a todos que permaneceram e
391 convidou para participar da mesa o Sr. Vicente Andreu, (Presidente da Agência Nacional de
392 Águas – ANA). Francisco Brito (Embu das Artes) esclareceu que a preocupação é com a
393 escassez hídrica que está se passando e ressaltou a necessidade do Comitê deixar de ser mais
394 ouvinte da Sabesp, DAEE, Empresas Operadoras e passar a ser mais propositivo e acompanhar
395 os planos de saneamento dos municípios que compõem o Comitê para que se amplie a oferta de
396 água e de saneamento básico na região do Alto Tietê. Solicitou ao presidente da ANA, Sr. Vicente
397 Andreu que compartilhasse com o Comitê o que se ouve e se vê pela mídia, a questão do GTAG,
398 o Plano de Contingência da Sabesp e sua percepção e avaliação técnica como gestor sobre a
399 atual escassez hídrica. Sr. Vicente Andreu (ANA) então iniciou registrando negativamente o
400 comportamento que se está tendo por parte do Governo do Estado de São Paulo, no sentido de
401 reprimir disposições técnicas dos Comitês de Bacia Hidrográfica e enfatizou seu contentamento
402 devido o Comitê do Alto Tietê ter mantido esta reunião mesmo com data próxima das eleições,
403 justamente porque não se trata das eleições e sim o agravamento da situação atual e este
404 agravamento exige que sejam discutidos os assuntos pertinentes, independentemente do
405 calendário eleitoral. Informou que esta semana foi realizada uma reunião em Campinas com os
406 usuários da Bacia, serviços de saneamento, usuários da indústria e da agricultura, onde se
407 discutiu uma Resolução que foi matéria da Folha de São Paulo. Essa Resolução foi amplamente
408 discutida com o DAEE, que esteve presente na Agência Nacional de Águas onde se fechou a
409 redação e se convocou uma reunião. O DAEE solicitou cancelamento da mesma alegando que o
410 tempo para discussão da Resolução era pouco, porém a reunião estava sendo marcada
411 justamente para debater e tirar dúvidas a respeito da Resolução e dar um certo tempo para que

412 todos pudessem contribuir e ter uma proposta final. Definiu-se sete dias em São Paulo havendo
413 tempo para que todos façam suas contribuições. Portanto não somente o DAEE foi impedido de
414 participar da reunião que nós havíamos convocado, como o próprio comitê do PCJ lamentando
415 este Comitê devido ser um dos mais antigos e atuantes do Brasil. Vê-se que o problema está se
416 agravando, as alternativas estão se esgotando e se as chuvas não vierem, dadas as medidas que
417 estão deixando de ser tomadas ao longo deste tempo, nós estamos agravando a situação da vida
418 útil do Sistema Cantareira de uma maneira que beira a irresponsabilidade pelo fato de que não há
419 alternativas. E além de não haver alternativas e outros problemas que hoje o país atravessa, de
420 seca principalmente, onde já estamos com o terceiro ano seguido e que lá (no Nordeste) existe
421 uma cultura de convivência com a seca então as pessoas mesmo sob a restrição, têm noção do
422 que fazer e o poder público tem uma certa habilidade em conviver com esse problema, já na
423 Região Metropolitana de São Paulo não há esta educação e não se acredita que num curto
424 espaço de tempo tenha essa rapidez para que as pessoas se adaptem a esta crise de escassez
425 que continua se agravando. Com relação ao GTAG explicou que este surgiu de uma reunião
426 havida entre a Ministra Isabela Teixeira, o Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckimin,
427 ocorrida em fevereiro deste ano, quando as precipitações demonstravam que teríamos uma seca
428 fora do padrão. Ainda se trabalhava dentro de um cenário restritivo, mas não ainda dentro do
429 processo histórico. Em fevereiro, esta seca se acentua onde se tinha expectativa de subida e
430 ocorreu o contrário. Motivados por uma correspondência da Sabesp, afirmando que haveria riscos
431 no sistema e através da Ministra Isabela convocou-se esta reunião. O Governador achava
432 possível que as chuvas voltariam em março e mesmo ressaltando que isso era muito difícil de
433 ocorrer conforme informado pelos órgãos de previsão climática que estavam presentes nesta
434 reunião, apresentou-se ao Governador a possibilidade de utilização do volume morto. O
435 Governador e a Ministra decidiram criar um Grupo Técnico para assessoramento da gestão do
436 Cantareira. Este grupo não acrescenta e nem retira atribuições dos órgãos regulares do sistema
437 que são: a ANA e o DAEE. O GTAG não tem e nem tinha nenhuma competência de natureza
438 regulatória ou de natureza legal. O avanço que se poderia ter em relação ao GTAG era o fato de
439 se ter numa mesma mesa todos os representantes de Comitês de Bacia Hidrográfica: Alto Tietê,
440 PCJ e principalmente o usuário de água do Cantareira que é a Sabesp. O que se pretendia era ter
441 consensos técnicos e rapidez nas decisões a serem efetuadas no ano do âmbito do GTAG. Isso
442 funcionou relativamente bem até junho/2014. Deixou claro que se tivesse na formação do grupo a
443 direção dos Comitês teria sido muito melhor, porém o Governo do Estado fez uma proposta de
444 que os Comitês fossem representados pelos seus secretários executivos sendo que os dois
445 secretários executivos são servidores de carreira do DAEE. Olhando pelo lado técnico foi muito
446 bom, porém do lado político via-se ali uma maior representação do governo Estadual (4
447 representantes) e 1 representante do governo federal, mas ainda assim resultou de forma
448 positiva. Em abril deste ano insisti na necessidade de criar regras para a sociedade de como se ia
449 administrar o Sistema Cantareira uma vez que começaria o uso do volume morto. Em uma
450 reunião em Campinas, manifestei ao Sr. Mauro Arce (Secretário de Saneamento e Recursos
451 Hídricos) que era necessário criar regras porque estava evidente que o volume morto solicitado
452 pela Sabesp era insuficiente para esta situação. Haveria um *stress* dos demais reservatórios
453 podendo fazer com o que o Governo do Estado expandisse não somente para o sistema
454 Cantareira, mas para toda a Região Metropolitana de São Paulo e que era preciso tentar criar um
455 mecanismo transparente de ajuste, de como as reduções poderiam acontecer e então foi
456 apresentado uma metodologia que considerasse as vazões afluentes com o critério determinante
457 para a retirada de água. Exemplificou então como se o reservatório fosse uma garrafa, mostrando
458 uma garrafa de 500 ml com +/- 230 ml, esclarecendo a vazão que poderia ser retirada

459 considerando o PCJ e o Alto Tietê. Seria uma função da quantidade de água reservada até
460 novembro deste ano e mais a vazão que chegasse de tal maneira que se chegasse com o
461 reservatório até o nível de 5% do volume útil dentro do volume morto. Informou que primeiramente
462 o Sr. Mauro Arce (SSRH) concordou com a metodologia em duas vezes e posteriormente
463 passaram a argumentar que não daria para aceitar esta proposta de metodologia e teriam que
464 passar a adotar então a necessidade de captação de um volume abaixo, que durante um mês e
465 meio foram feitas várias tentativas e nesta época as reduções do Sistema Cantareira no túnel 5 já
466 estavam na ordem de 19,7 m³/s, e que estão sendo mantidas até agora, e que na visão de São
467 Paulo precisaria agora de entrar na segunda parcela. Foi dito que era possível, pois ninguém ia
468 impor medidas restritivas para a principal região econômica do país mas que não daria para
469 manter o processo de retirada dentro dos critérios daquilo que seria possível pela Sabesp operar,
470 tendo que impor limites adicionais. A partir de junho se estabeleceu a ausência de consenso entre
471 a ANA e a Secretaria. Foi insistido na criação de uma metodologia e o Governo do Estado insistiu
472 para que continuasse os 19,7 m³/s e que as necessidades fossem retiradas do reservatório.
473 Informou que era preciso deixar uma reserva dentro do volume morto operacional de tal forma que
474 se caso houver um verão seco novamente, teríamos ainda minimamente as condições de oferecer
475 ainda alguma reserva de água, enquanto que a visão de São Paulo era usar o volume morto até
476 novembro ou metade de dezembro e o restante seria compensado pelas chuvas. Portanto, houve
477 a saída (da ANA) do GTAG por ausência de consenso e ressaltou que as reuniões do GTAG
478 refinavam as decisões do Estado. Em meados de agosto voltou-se a falar com o Secretário devido
479 a situação estar insustentável pela ausência de medidas tanto no âmbito do PCJ, pois não havia
480 nenhuma regra, e no âmbito de São Paulo que já não se mostravam capazes de mostrar
481 segurança para o reservatório do Sistema Cantareira, uma vez que as chuvas não aconteciam.
482 Portanto quis-se retomar o processo já com uma nova redução além dos 19,7 m³/s no túnel 5. Um
483 documento apresentado pelo Sr. Paulo Massato (SABESP) informava que em Junho havia uma
484 redução por bônus e que em julho teve essa redução ainda menor. Perante isso, o Sr. Presidente
485 da ANA propôs ao Sr. Mauro Arce (SSRH) que a redução em agosto seja de 0,8 baixando de
486 19,7 para 18,9 m³/s, pois seria um número onde a Sabesp teria condições de operar e o Sr. Mauro
487 Arce (SSRH), em contrapartida, sugeriu não reduzir em agosto devido o Governador ter
488 anunciado a entrada de duas novas obras para redução da dependência do Cantareira, sendo
489 que uma iria reduzir 1,6 m³/s e a outra 1 m³/s. Continuando, o Sr. Vicente Andreu (ANA)
490 mencionou que esta mesma proposta já tinha sido apresentada através do Sr. Rui Brasil (SSRH),
491 resultando portanto na não redução tanto em agosto como em setembro e sim a partir de outubro,
492 sendo sugerido pela ANA uma reunião com o GTAG afim de formalizar esta proposta para
493 posteriormente ser aplicada. Esta reunião não foi marcada e percebeu-se que nesta semana
494 houve uma ação protelatória de que esta reunião não iria ser convocada e então a ANA colocou
495 uma nota na Agência Nacional de Águas alegando que o compromisso havia se firmado e faltava
496 apenas a reunião do GTAG que estava marcada (essa reunião era marcada e desmarcada) para
497 acontecer em agosto. A partir de então foi dito, por parte da Secretaria, que não havia
498 compromissos e que tudo não passava de trocas de ideias. Após afirmação do Sr. Mauro Arce
499 (SSRH), de que não haveria acordo surgiu a dúvida por parte da ANA se deveria ou não continuar
500 a participar de um fórum onde as questões críticas não estavam sendo decididas. Foi decidido,
501 portanto no âmbito da Diretoria da ANA, que a Agência não iria mais participar do GTAG e foi
502 proposto o encerramento do GTAG já que o mesmo foi criado por uma Resolução Conjunta entre
503 ANA e DAEE. Esclareceu que a perda real é o fato de que as decisões da ANA e DAEE vão
504 perder legitimidade e informou que não faria mais fórum com a presença da Secretaria. Mas no
505 âmbito dos Comitês, do PCJ e Alto Tietê, se tiverem propostas de acompanhamento, reuniões de

acompanhamento, por parte da ANA terá a participação. Mostrou seu descontentamento alegando que o representante do PCJ não era o representante do Comitê e sim uma formalidade a sua representação, pois ficava no âmbito da decisão do próprio DAEE e informou ainda que o Sr. Rui Brasil nunca representou o Alto Tietê e sim uma assessoria técnica do Secretário Mauro Arce, reiterando que a proposta feita pelo Mauro Arce era a mesma feita pelo Sr. Rui Brasil (SSRH) um dia antes e que não foi aceita pela Sabesp no GTAG e aproveitando o assunto GTAG finalizou informando que ou se assume o compromisso ou as razões pelas quais esse compromisso não pode ser cumprido ou o GTAG desaparece. Com relação ao futuro informou que é preciso fechar regras para a Região Metropolitana de São Paulo pois não dá para operar, por melhor capacidade que os técnicos tenham, pois não se trata de um problema de natureza técnica e sim de uma natureza política, pois ou a sociedade utiliza a água deixando os reservatórios comprometidos em função de chuvas que podem não ocorrer ou a sociedade reduz seu consumo afim de não esgotar os reservatórios. Uma decisão muito difícil de ser tomada e o problema que se está vivendo é o fato de não ter-se conseguido tomar esta decisão por consenso e a diferença entre poupar e continuar como estamos significa de 10 a 15 dias de vida útil dos reservatórios e se essa decisão tivesse sido tomada em abril, poderia significar três ou quatro meses de vida útil nos reservatórios e a redução de 19,7 m³/s para 18,1 m³/s, significaria 20 dias a mais de vida útil no reservatório informando portanto o risco em que foram colocadas estas duas regiões. Espera-se que haja um nível de acerto técnico e não se sabe o que poderá acontecer caso não houver este acordo. A ANA informou que está no aguardo do plano de contingência da Sabesp para autorizar a segunda parte do volume morto devido ter somente o plano operacional. Informou que o Sr. Fábio Leite, repórter presente na reunião havia feito uma matéria premonitória informando que iremos enfrentar um problema com o reservatório Atibainha, pois este não está conseguindo retirar água do Jacaré, e portanto estão utilizando água abaixo da cota autorizada, portanto estaria entrando no volume morto antes da autorização e mediante a isso, a ANA encaminhou um Ofício para o DAEE solicitando esclarecimentos da Sabesp. Questionou também quanto as afirmações do Secretário em dizer que haverá água até março, mas isso contando com chuvas, e se não chover? E este risco precisa ser apresentado para a sociedade e para os representantes da sociedade e não podemos ficar nesta indecisão, pois por um lado a ANA afirma que não teremos água e por outro lado, pessoas de grande credibilidade afirmando que está tudo bem. Finalizou questionando como será retomada esta questão, se será feita dentro de princípios técnicos e transparentes com a sociedade ou se o problema eleitoral não resolvido pode levar com que se continue numa situação de aparente tranquilidade que não existe. Francisco Brito (Embu das Artes) agradeceu o Sr. Vicente Andreu (ANA) por suas análises, diagnósticos e considerações e abriu para as intervenções, Carlos Souza (SASP) informou que desde quando foi feita a outorga em 2004, o governo estadual demorou muito para fazer os projetos que está na portaria 1213 do DAEE de 06 de agosto de 2004. O artigo 16 informa que a Sabesp dentro de trinta meses deveria providenciar os estudos que viabilizem a redução da dependência do sistema Cantareira e em seu entender, em fevereiro de 2007 deveria ter sido entregue este projeto. Conforme decreto nº 52.748 algumas Secretarias se debruçaram sobre o tema e em novembro de 2008 a Cobrape foi contratada para fazer o Plano da Macrometrópole. Comentou que assistiu uma apresentação no final de 2013 onde o Sr. Rui Brasil informou que o Plano da Macrometrópole paulista foi interrompido em 2010 por questões administrativas e só foi retomado em 2013. Informou ainda que trata-se de uma crise política por estarmos em um governo por mais de 20 anos. Sr. Roberto Kachel (Universidade de Mogi das Cruzes) informou que no final de 2013 ao consultar a situação dos mananciais percebeu que estava ocorrendo algo estranho, que não estava chovendo normalmente, percebendo, portanto, o agravamento da situação. Observou que a partir de maio

553 de 2011 as vazões afluentes ao Cantareira estavam abaixo da média e em janeiro/fevereiro as
554 vazões estavam abaixo da mínima e com isso passou a surgir o assunto do volume morto.
555 Informou que há um aplicativo chamado Aquanet do qual teve participação no embrião deste
556 projeto e informou que através de um contrato que a Sabesp fez com o CTH no intuito de fazer
557 um simulador para operar os sistemas. Como estava trabalhando com isso no Alto Tietê e no
558 decreto de outorga está escrito com todas as letras que a regra operacional é a curva de aversão
559 a risco, começou então a aplicar e descobriu que a partir de setembro/2013 a Sabesp já deveria
560 ter começado a reduzir as vazões de acordo com essa curva de aversão a risco. Neste período a
561 Sabesp retirou uma vazão além do que essa curva de aversão permitia. Somando de setembro
562 até março que foi quando a Sabesp começou a reduzir (consideravelmente próximo a curva de
563 aversão). Em junho, após uma declaração feita pela ANA na Folha de São Paulo sobre um
564 seminário de Sustentabilidade, onde foi informado sobre esta metodologia de curva de aversão a
565 risco e foi sugerido 16,5 m³/s para o túnel 5 mais 3m³/s para o PCJ, resultando em 19,5m³/s.
566 Estava com 242,5 milhões de m³ o volume do Cantareira incluindo o volume morto. Explicou sobre
567 a curva de aversão a risco exemplificando: “tira-se uma vazão “x” e ao fim de um ano se garante
568 5% do reservatório”. Se fosse aplicado a partir de agora, este 19,1 m³/s garante estranhamente
569 que o volume morto 1 chegue até final de novembro pois se continuar a retirar o que se está
570 sendo retirado não vai chegar até final de novembro. Se fosse aplicado hoje a curva de aversão a
571 risco somando o volume morto 2 não daria para retirar mais do que 8,5 m³/s ou 9 m³/s do
572 Cantareira juntando PCJ e Região Metropolitana apontando a tamanha intensidade desta crise.
573 Sr. José Arraes (Biobrás), questionou ao presidente da ANA se Campinas já possui um Plano de
574 Contingência e se já estão aplicando. Questionou também como se irá ficar diante desta
575 problemática de desentendimento em conjunto com a renovação da outorga, que foi prorrogada
576 para mais um ano e neste período ainda estaremos com problemas de falta de água e informou a
577 necessidade de entrar num acordo. Sra. Francisca Adalgisa (APU) questionou se a Sabesp e
578 DAEE tinham cumprido esse plano de aversão a risco e no caso do não cumprimento, quais
579 seriam as medidas da ANA. Mostrou sua indignação diante da situação dos relatos postos porque
580 não se pode gerir uma sociedade complexa com medidas que exponham a sociedade a situações
581 de extremo risco e sem escolhas diante de medidas políticas adotadas. Ricardo Gaspar (São
582 Paulo) informou que de acordo com o acompanhamento das pessoas em relação aos índices da
583 capacidade dos reservatórios e que mesmo em dias de chuvas, que tem sido esporádicas, o
584 sistema tem registrado quedas. Disse que com 6,4% a Sabesp pleiteia a utilização do segundo
585 volume morto. A primeira foi operacionalizada quando o sistema chegou a 8,7% (+/-) e subiu pra
586 26 ou 28 já que tinha uma capacidade maior. Agora se está com 6,4%, a utilização da reserva
587 ainda não está autorizada mas que subiria hoje 10% da sua capacidade, portanto neste ritmo de
588 6,4%, caso continue as quedas antes do início das chuvas teremos uma crise dramática e inédita
589 do Cantareira quase senão igual a zero e questionou, o que aconteceria. Sr. Vicente Andreu
590 (ANA) em resposta às intervenções, esclareceu que as propostas estão sendo construídas dentro
591 do Plano da Macrometrópole e que este está pronto, porém parou em 2010 pois o candidato Serra
592 não queria divulgar o projeto, que é o projeto de utilização do Vale do Paraíba pois iria criar um
593 conflito, que de fato criou, quando o Alckmin assumiu o projeto com o Estado do Rio de Janeiro,
594 portanto foi parado e por causa disso gerou-se as questões administrativas. Foi solicitado ao
595 Alckmin que retomasse o projeto por Dilma Pena (SABESP), Edson Giriboni e Vicente Andreu
596 (ANA). Respondendo ao Sr. Kachel, Andreu mencionou que depende da vazão afluente e
597 depende de quanto vai ser retirado de água, se mantiver vazões baixas e mantendo as retiradas
598 até agora iriam até dezembro a utilização da segunda parcela do volume morto. Sabe-se quanto
599 tem e quanto se tira, não se sabe quanto entra. Supondo que entre 70% do mínimo histórico,

600 iremos até 21/12/2014 e deixou claro que se trata de uma suposição. Mencionou também o Corpo
601 de Engenharia de Exército Americano que trabalho para ajudar na questão das enchentes, sendo
602 questionado ao comandante como se lidava com a questão do risco e foi respondido que após o
603 aprendizado de Nova Orleans se tinha uma previsão de que teria uma inundação e então foi
604 tomada a decisão de operar um sistema hidráulico para prevenir a inundação. A grande questão
605 da redução é menos o tempo de sobriedade que já está comprometido, mas é saber como se vai
606 atravessar para tentar chegar ao período chuvoso com a maior quantidade de água possível do
607 reservatório. Em resposta ao Sr. Arraes, se prontificou a voltar em outubro de 2015, data pela qual
608 foi prorrogada a outorga para discussão da nova outorga. Mesmo que seja a outorga mais
609 avançada do Brasil alegou ser insuficiente, pois ela regulou máximo e mínimo, teve que ser
610 ajustada quando inundou e por não ter critérios intermediários informou também que o primeiro
611 grande problema a resolver agora é a repartição de águas e quais serão os processos de
612 operação do Sistema Cantareira. Concordou com a colocação da Sra. Francisca e informou ainda
613 que aqueles que tem informação sobre o tema devem discutir, opinar e decidir sobre o tema.
614 Respondendo ao Sr. Gaspar, informou que chegou 4 m³ com chuvas e que 6 m³/s seria a média.
615 Enfatizou que nenhum instituto previa tamanha seca da qual estamos vivenciando e que os
616 números mostrados na mídia precisam de referências técnicas da qual se toma decisões.
617 Francisco Brito (Embu das Artes) abriu outro bloco de intervenções para aqueles que ainda não
618 tinham manifestado seus questionamentos. Francisco Piza (FABHAT) comentou que acha
619 insuficiente analisar o Sistema Cantareira de forma isolada e que já teria que ter sido colocado à
620 ANA para trabalhar na Macrometrópole, estendendo-a até o Rio de Janeiro com todos os pontos
621 críticos do maior estado do Brasil. Comentou também a necessidade de se fazer obras de
622 emergência, por exemplo, na Bacia do Paraíba do Sul para trazer água do Guararema pra Bacia
623 do Alto Tietê, obras do volume morto 2, portanto não se pode esperar essa discussão política e
624 sim se apegar às medidas técnicas de curto prazo para garantir caso ocorra o pior. Paralelo a esta
625 discussão, os técnicos da ANA e DAEE deveriam tomar estas providências. Sr. Álvaro Diogo
626 (FATEC) questionou quanto às regras sobre entrar ou não em racionamento, quando e como
627 acontecerá esta regularização, independentemente da situação do Cantareira. Um outro ponto é
628 se dentro da regularização haverá criação de mecanismos para aumentar a transparência do
629 setor e aumentar a participação da Sociedade Civil, seja através do Comitê ou de outros
630 mecanismos. Informou que há um ano estava sendo discutida a renovação da outorga do Sistema
631 Cantareira, a Sabesp informou a impossibilidade de reduzir 30 m³/s na captação do PCJ e estão
632 alegando que não está faltando água e a captação está sendo de 19m³/s ou seja, se está um nível
633 bom e está sendo captado 19 m³/s, porque estão precisava de 30? Um terceiro ponto que foi
634 colocado é se o racionamento é prejudicial para a rede por conta de aumento e diminuição das
635 pressões e questionou se é verdade ou não esta informação. Sr. Dimitri (CONSEMA) informou
636 que o que cabe agora é buscar saídas alternativas mitigadoras dos efeitos da crise, pois é
637 necessário recuperar a capacidade máxima dos reservatórios seja a Billings ou a Guarapiranga e
638 potencializar os mananciais já existentes. Questionou se o Governador teve a preocupação com a
639 água que está sendo turbinada da Billings para a Baixada, se está tendo o mesmo cuidado quanto
640 a restrição da água do Paraíba para as cidades à jusante, para o Rio de Janeiro e Minas ou
641 continua-se turbinando a água da Billings e não priorizando ela para dessentação humana ou
642 animal. Disse ainda que é preciso ser considerado, por exemplo, a recuperação do ciclo
643 hidrológico climático e florestal das regiões metropolitanas paulistas afetadas pela crise. Chico
644 Além (CIESP São Paulo), comentou seu descontentamento em relação à ausência dos órgãos do
645 Estado nesta reunião e informou que há trinta anos já se comentava que a terceira guerra mundial
646 seria por água. Comentou ainda que os governos passados não fizeram nada esperando que

647 nunca aconteceria tamanha seca e que essa reunião foi interessante para que cada um com suas
648 ideias possam cobrar das autoridades públicas medidas para que não se passe mais por esta
649 crise. Sr. Vicente Andreu (ANA) em resposta às intervenções, informou que por conta da
650 complexidade de diversos sistemas estamos encaminhando para uma situação de enchentes e ao
651 mesmo tempo sem água na torneira. Imagina-se que se tenha cinco reservatórios em São Paulo,
652 mas que não estão interligados e se fizer um anel adutor entre eles que custa altíssimo e
653 questionou quanto se aumentaria de água. Devido resultado negativo, não se tem interesse em
654 aumentar a flexibilidade do sistema porque ela não acresce receita. Sobre racionamento informou
655 que é um assunto de competência do sistema de saneamento e nós (ANA) não regulamos o
656 saneamento e sim a ARSESP. Racionamento é uma questão de operacionalidade, só se faz em
657 último caso e quem deveria decretar este racionamento é o Governador do Estado conforme a Lei
658 de Saneamento nº 11.455/2007. Quanto ao questionamento por qual motivo não se aumentou a
659 tarifa e penalizou o consumo, esclareceu que para aumentar a tarifa seria necessário ter o decreto
660 de racionamento do governador e então o mesmo teria que admitir a situação de crise existente e
661 em período eleitoral isso não poderia acontecer. Recomendou explorar mais dos Comitês de
662 Bacia Hidrográfica e sugeriu uma reunião nas perspectivas que foram apresentadas, entre:
663 Comitê da Paraíba do Sul, PCJ e Alto Tietê no intuito discutir a segurança hídrica destas regiões
664 que estão interligadas. Conforme aberto para as recomendações, Sr. Arraes (BIOBRÁS)
665 recomendou que a reunião fosse apenas entre o Alto Tietê e PCJ visando o problema que se terá
666 com a outorga no futuro. Sr. João Ricardo (São Bernardo do Campo) propôs que o Comitê use
667 sua atribuição de organismo gestor de política de recursos hídricos para apontar para a
668 sociedade o tamanho da crise e os caminhos que os representantes do Comitê consideraram
669 razoáveis. Recomendou ao Comitê emitir uma Nota Oficial abordando os seguintes temas:
670 ausência por parte do Estado, preocupação do Comitê em relação à saída da ANA do GTAG,
671 ausência do Plano de Contingência da Sabesp e a articulação com os demais Comitês no intuito
672 de discutir quanto ao processo de alternativas. Sr. Carlos Souza (SASP) recomendou 3 ações:
673 criação do GT de Educação Ambiental, fiscalização integrada e fortalecimento da Agência de
674 Bacias. Marco Antônio Pallermo (São Paulo) em função das manifestações ocorridas nesta
675 reunião, propôs a criação de um conselho de regulação composto por representantes da Bacia do
676 Alto Tietê, PCJ, Paraíba do Sul, ANA e DAEE para num prazo máximo de 90 dias estabelecer
677 diretrizes para a regulação do uso compartilhado das águas destas três Bacias. Francisco Brito
678 (Embu das Artes) em resposta ao Professor Pallermo informou a dificuldade do Comitê deliberar
679 sob um Conselho com a participação dos órgãos mencionados. Esclareceu que ANA e DAEE
680 terão de se reunir de qualquer forma e sugeriu para o Comitê participar destas reuniões e fará
681 Ofício para ambos os órgãos. Em resposta ao Sr. João Ricardo, informou que fará um Ofício
682 solicitando à Sabesp o Plano de Contingência e dois ofícios sendo um para o PCJ e outro para o
683 Paraíba do Sul solicitando participação e fazer essa articulação. Outro encaminhamento é o
684 Comitê, com base no que se já tem de informações, sistematizar propostas para a crise, outorga,
685 segurança hídrica e propostas de curto, médio e longo prazo levando em consideração o que está
686 contido no Plano da Macrometrópole. Todos os encaminhamentos foram aprovados sem
687 nenhuma abstenção. O Presidente agradeceu a presença de todos e finalizou a reunião às
688 16h35min.